



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL X EDUCAÇÃO INFANTIL

Betijane Soares de Barros¹
Cleidejane Soares de Barros²
Andrea Marques Vanderlei Fregadoli³

RESUMO

A educação inclusiva no Brasil é um tema de bastante relevância científica. O presente trabalho analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2019, nos sites da BVS, Scielo e Periódicos da Capes, com vista a identificar principais causas dos problemas relacionados à inclusão. Trata-se de uma revisão sistemática integrativa. Os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de agosto de 2023. Adotaram-se como critérios de inclusão artigo de científicos. Enquanto os critérios de exclusão foram artigos que não contemplam a temática em educação inclusiva. Espera-se que com novos estudos ocorram um novo olhar direcionado a melhoras para educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Educação Infantil; Educação.

¹ E-mail: bj-sb@hotmail.com

² E-mail: dr.csbarros@hotmail.com

³ E-mail: deadoutorado@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As mudanças que têm acontecido em relação a educação inclusiva, vem mudando o modo de vermos e trata-la.

Desde o ano de 1975 quando, nos Estados Unidos, nasceu à educação inclusiva, o movimento a respeito da inclusão na educação tem aumentado significativamente. No Brasil, não acontece diferente, busca-se a inclusão de pessoas com necessidades especiais e distúrbios de aprendizagem no ensino regular em todos os graus (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) abordou a educação como direito fundamental do ser humano, direito de todos e como dever do Estado e da família. Ao fazer isto, deu a oportunidade a todas aquelas pessoas portadoras de necessidades especiais que estavam excluídas da escolarização, devido ao preconceito que existe em torno delas. Com isso, a Constituição Federal de 1988, exaltou o princípio da igualdade e da dignidade humana (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

A partir daí nasceram outras obras legislativas que contribuíram bastante para implementação da educação inclusiva no Brasil, entre elas destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (Lei nº 9.394/96).

A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem no ensino regular em todos os graus ainda encontra muitos obstáculos no caminho, como a falta de profissionais preparados para receber esses docentes, estrutura física e didática adequada. Mas, o fato de poderem estar participando da escolarização junto com as demais pessoas, de existir essa possibilidade, já é um grande avanço (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais.

Embora, todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno (NASCIMENTO, 2019).

Segundo Sasaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos importantes na busca de uma sociedade inclusiva. Princípio este que leva implícito o conceito de normalidade, destacando que

a normalidade é um conceito relativo sujeito a critérios de tipo estatístico.

Conforme o autor, a integração e a inclusão estão ligadas ao mesmo estilo de vida independente do que aconteça a inclusão do indivíduo na sociedade e para que ocorra tal normalização, ou seja, ele terá vida independente exercendo a cidadania, sendo ele ativo e atuando como cidadão.

É preciso que se pense primeiramente na formação do educador, não como uma formação para a inclusão, pois não há como formar alguém para a diversidade, mas como um indivíduo que possa oferecer a estas crianças suportes para que realmente elas aprendam e, assim, convivam com as outras pessoas sem discriminação, livre do preconceito e sobre tudo que sejam respeitadas suas limitações e o seu tempo de aprendizagem (NASCIMENTO, 2019).

A educação é uma prática social que existe em toda e qualquer sociedade humana, em todos os lugares, desde o momento em que essas sociedades, ao produzirem símbolos e normas, acharam por bem transmitir essa produção às novas gerações. Um erro gravíssimo cometido ao longo da história da humanidade foi o de excluir quem era portador de alguma deficiência física, e isso nas últimas décadas tem sido modificado. A educação com condições dignas de acesso é um direito defendido por lei.

Em 1975 foi elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma resolução: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela sua assembleia geral. Sendo mundialmente propagada em 1981, quando foi declarado o Ano internacional da Pessoa deficiente (AIPD), tendo como tema “participação e plena igualdade” (BARBOSA, 2006).

Um dos grandes desafios dos educadores brasileiros, nos dias atuais, é a busca de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade pelo de equidade, ou seja, a igualdade de direitos respeitando-se as diferenças (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

Como o mundo é regulado por regras, é preciso ter clareza sobre quais são os limites para que a criança especial possa experimentar essas regras, buscando construir com autonomia sua identidade e suas possibilidades de interação com o meio em que está inserida (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

As mudanças e as adaptações das práticas educativas existentes são fundamentais para um bom desenvolvimento do trabalho, pois conhecer e tentar entender o mundo no qual o aluno está inserido é o primeiro passo a ser desenvolvido. Proporcionar atividades interessantes que cativem a curiosidade do

aluno, é essencial (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Portanto, são atividades concretas e bem fundamentadas que poderão guiar o professor a desenvolver as capacidades de seus alunos, a partir de uma nova perspectiva em relação ao aluno e a suas diferenças. Isso também fará com que ele venha a ter um melhor desenvolvimento, respeitando sempre suas características e especificidades e o seu tempo de aprendizado (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Com isso, pode-se perceber a importância da ressignificação das práticas educativas para inclusão de todos. O professor deve manter-se em constante atualização para que possa acolher as diversas realidades que chegam à escola, podendo assim adaptar atividades e avaliações de acordo com as especificidades dos alunos (VITALIANO, 2019).

Muito ainda há de ser feito para que a educação inclusiva no Brasil torne-se uma realidade efetiva, mas, apesar de todas as dificuldades, percebe-se uma tendência

forte no sentido dessa efetivação no meio acadêmico e científico.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo sistemática integrativa, que seguiu as próximas etapas (ver Figura 1): definição do tema; seleção da pergunta norteadora e escolha da estratégia de busca; descritores e bases de dados mais eficazes no levantamento das publicações; escolha dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados por meio da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos, bem como a organização dos estudos pré-selecionados e a identificação dos estudos selecionados; categorização dos estudos selecionados, com a elaboração e o uso da matriz de síntese, além da análise das informações; a formação de uma biblioteca individual e a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contempla as propostas para estudos futuros.

Quadro 1 – Detalhamento das etapas da Revisão Sistemática Integrativa.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	Educação Inclusiva no Brasil x Educação Infantil		
	Pergunta norteadora	Quais as principais causas dos problemas da educação inclusiva no Brasil?		
	Objetivo geral	Agregar artigos científicos que mostrem as principais causas dos problemas da educação inclusiva no Brasil.		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de aspas nos politermos (descriptor com mais de um termo) para que a varredura de artigos científicos contemplasse o termo exato; 3. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 4. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descriptor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Educação Inclusiva	2719	D002668
		Educação Infantil	-	-
String de busca	“Educação Inclusiva” AND Educação Infantil			
Sites	Link			
	BVS	https://bvsalud.org/		
	SciELO Periódicos Capes	https://search.scielo.org/ https://www.periodicos.capes.gov.br/		
2ª	Período de coleta dos dados	Agosto de 2023		
	Critérios de inclusão	1. Artigo Científicos. 2. Publicação (2018-2019).		
	Critérios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática.		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática integrativa a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).	5		
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso	1		

Fonte: elaborada pelos autores.

RESULTADOS

Quadro 2 - Corresponde ao total de documentos disponíveis nas Plataformas BVS, Scielo e Periódicos da Capes, obtidos por String de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
Educação Inclusiva AND Educação Infantil	BVS	27	6	2
	Scielo	73	24	1
	Periódicos da Capes	28	8	2
	TOTAL	128	38	5

Foram detectadas 128 publicações científicas nos bancos de dados, das quais 38 eram artigos disponíveis após o uso dos filtros, desses foram feitos 5 downloads,

que obedeceram aos critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática integrativa.

Quadro 3 - Descrição dos documentos (artigos) de acordo com os critérios de inclusão.

ARTIGO	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Gabriela Tannús-Valadão / Enicéia Gonçalves Mendes	Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países	2018	O modelo de PEI da França é o que tem maior abrangência, visto que engloba todo o ciclo de vida. Nos Estados Unidos e na Itália, ele é exclusivo da vida escolar, embora seja enfatizada a importância de medidas de controle do processo de transição da escola para o trabalho e/ou comunidade. O Brasil não possui dispositivos na legislação que garantam que tais

				estudantes tenham um PEI baseado em suas peculiaridades, resultando num planejamento centrado mais nos serviços existentes do que nas necessidades dos alunos. Assim, ainda que a era anunciada seja de inclusão escolar, as práticas de planejamento não mudaram.
2	Célia Regina Vitaliano	Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa	2019	Os resultados obtidos evidenciaram que, na fase inicial, os professores enfrentavam dificuldades para efetivar a inclusão dos alunos com NEE. Por meio de ciclos de estudos, reflexões sobre a prática à luz dos conteúdos teóricos estudados e da participação da pesquisadora em sala de aula, foi possível identificar que os professores se tornaram mais seguros para efetivar a inclusão de seus alunos com NEE.
3	Helena Venites Sardagna / Tatiane De Fraga Frozza	Narrativas e Práticas de Governamentalidade: a Perspectiva do Docente sobre o Aluno com Deficiência	2019	Evidencia-se a efetivação das ações inclusivas na escola, no fortalecimento do imperativo da inclusão, reforçando a instituição escolar

				que opera como uma maquinaria a serviço do Estado governamentalizado, disseminando condutas almejadas por seus docentes.
4	Libéria Rodrigues Neves / Mônica Maria Farid Rahme / Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira	Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	2019	Diante disso, propõe-se uma interlocução com o discurso psicanalítico, de modo a problematizar o lugar atribuído ao AEE nesse contexto, bem como a persistência de movimentos segregadores, que insistem em se inscrever mesmo que a orientação política proponha uma Educação Inclusiva.
5	Ladislau Ribeiro do Nascimento	Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar	2018	Finalmente, com o objetivo de reafirmar a importância de adotarmos uma mudança paradigmática na promoção da educação inclusiva, apresentamos duas intervenções bem-sucedidas, ambas extraídas da literatura utilizada para o embasamento teórico deste artigo.

Fonte: Plataformas: BVS, Scielo, Periódicos da Capes.

O corpo textual foi analisado por meio da frequência de palavras, que originou a nuvem de palavras (Figura 1) criada na Plataforma *online WordArt*. Esta

ferramenta agrupa e organiza graficamente as palavras-chave evidenciando as mais frequentes.

tornando assim cada vez mais preocupante a realidade da educação inclusiva no Brasil (NEVES et al, 2021).

Seguem abaixo, as categorias temáticas elaboradas a partir da revisão sistemática integrativa.

1 Educação Inclusiva x Educação

Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica que busca o desenvolvimento total da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (VITALIANO, 2019).

De acordo com a proposta de educação inclusiva, aprovada nas políticas educacionais brasileiras, o movimento de reorganização da escola tem que iniciar na educação infantil, já que esta é a primeira fase da educação no Brasil, conforme ditames da lei (VITALIANO, 2019).

Proporcionar os recursos necessários ao aluno com necessidades especiais permite que este tenha o melhor progresso acadêmico e que se desenvolva ao máximo em termos pessoais e sociais, é importante criar condições que garantam seu progresso e bom desenvolvimento (NASCIMENTO, 2019).

A inclusão é um movimento educacional, bem como, social e político

que vem proteger o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, da sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No âmbito educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades e, também, de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi posta tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (NASCIMENTO, 2019).

Para que a escola atinja o objetivo de desenvolver cidadãos com competências complexas, permitindo que participem da sociedade de que fazem parte, e que revelem atitudes de tolerância e respeito para com todos os outros cidadãos, ela não pode manter-se inalterada. Em se tratando de alunos com grau elevado de dificuldades em se adaptar à escola e em enfrentar suas exigências, a história tem mostrado que segregar, permanecendo o seu cerne inalterado, não é solução (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

O incremento de uma educação inclusiva força a grandes mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, a mudanças: na articulação dos diferentes agentes educativos, na gestão da sala de aula e do

currículo e do próprio processo de ensino-aprendizagem e, podendo gerar resistências e medos, que dificultem a ocorrência dessas mudanças (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

O educando com necessidade especial insere-se, atualmente, no sistema educacional cada vez mais cedo. Muitas das mudanças referidas foram provocadas por uma maior participação feminina no mercado de trabalho, alterando a rotina de cuidados e a educação dos filhos. Esse fato é relacionado com a criação das creches. Nesse sentido, a creche estava sempre associada a um caráter assistencialista e se preocupava apenas com a alimentação, a higiene e a segurança física (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

Portanto, o modelo de Educação Infantil tem sido alterado à medida que a concepção de educação da criança de 0 a 6 anos atinge objetivos diferenciados, com propostas educacionais explícitas fundamentadas em teorias psicológicas do desenvolvimento infantil. A criança nessa idade passa a ser vista como sujeito de educação, com necessidade de atendimento qualificado que vise o seu desenvolvimento integral sendo ela capaz de aprender (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

Educação de qualidade para todos, pode parecer uma bandeira já desbotada pelo uso excessivo, mas quem conhece o dia-a-dia das escolas de ensino regular, vem

buscando incluir todos os alunos de forma igual e acolhedora (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Nesse sentido, a educação para pessoas com necessidades especiais se propõe em gerar cidadãos mais cuidadosos, responsáveis e comprometidos, capazes de contribuir para um mundo mais justo e pacífico, deve começar na primeira infância, uma vez que valores, atitudes, comportamentos e habilidades adquiridas nesse período podem ter impacto duradouro na vida (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Toda criança com necessidade especial tem direito assegurado ao acesso à educação e ao cuidado de qualidade que são uma pré-condição importante para a melhoria do desenvolvimento educacional. A primeira infância abrange o período em que as bases do desenvolvimento são lançadas e deve ser percebida como o primeiro estágio de educação, o qual deve ser acessível, assim como, o ensino fundamental (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

Do ponto de vista pedagógico, existem aspectos positivos da inclusão e outros nem tanto. As grandes vantagens envolvem a oportunidade que é dada a crianças que apresentam diferenças marcantes de interagirem com crianças consideradas “normais”. Como se sabe cada vez mais sobre o papel enorme das

interações no desenvolvimento evita-se, dessa forma, que a criança fique em espaços separados, onde os processos de interação social são menos importantes. Ao mesmo tempo, a interação com crianças “diferentes” no cotidiano escolar pode ser uma experiência muito importante de “abertura de cabeça” para todos os alunos (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

Uma legislação inclusiva traz muitos problemas concretos para as escolas, pois levanta a questão do que fazer com essas crianças que, em muitas situações, precisam de cuidados específicos e não conseguem realizar o que as outras realizam. Normalmente, os processos educativos da escola e até o espaço físico tratam alunas e alunos de forma homogênea, e isso se torna mais complicado quando tem crianças com características muito diferentes. Em resumo, a inclusão é um grande desafio para a sociedade e para as escolas (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

O processo histórico da educação dos portadores de necessidades especiais possui várias etapas, uma delas é a etapa da exclusão, anterior ao século XX, quando essas pessoas eram impedidas de conviver, não somente na sociedade, mas também nas escolas. Nesse sentido, entende-se que houve um avanço na história da educação inclusiva, no entanto, apesar dos avanços, ainda existem muitas barreiras que

impedem a entrada, a estabilidade e o atendimento destas pessoas de forma efetiva no ambiente escolar, como ainda em toda a sociedade (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

CONCLUSÃO

A Educação Inclusiva no Brasil está em evolução, buscando efetivar os direitos humanos das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, em rumo à concretização de um sistema educacional de inclusão.

Sabemos que a realidade das salas de aulas é composta por uma grande diversidade, cultural, social, étnica e, também, por portadores de necessidades educacionais especiais. Deste modo, o ritmo da aprendizagem ocorre de forma diferenciada.

Um novo olhar, em relação ao aluno portador de necessidade especial, deve estar direcionada a valorização das habilidades e possibilidades que surgem em meio as dificuldades e limitações, através de um currículo que proponha adaptações direcionadas a promoção da participação de tais alunos.

REFERÊNCIAS

- MEDEIROS, Ana Paula Medeiros; BARRERA, Sylvia Domingos. Inclusão Escolar: concepções de professores e práticas educativas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 191-208, abr. 2018.
- NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro do. Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 71 (1), p. 6-18, 2019.
- NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.
- SARDAGNA, Helena Venites; FROZZA, Tatiane De Fraga. Narrativas e Práticas De Governamentalidade: a Pprspectiva do docente sobre o aluno com deficiência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, e188848, 2019.
- TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23 e230076, 2018.
- VIEIRA, Alexandro Braga; RAMOS, Ines de Oliveira; SIMÕES, Renata Duarte. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e180213, 2018.
- VITALIANO, Célia Regina. Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa. **Pro-Posições**, V. 30, e20170011, Campinas, SP, 2019.
- (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).
(MEDEIROS; BARRERA, 2018)
(NASCIMENTO, 2019)
(NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019)
(SARDAGNA; FROZZA, 2019)
(VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018)
(VITALIANO, 2019)